

**ANO 25 - NÚMERO 300 - DEZEMBRO DE 2020** 



Jornal dos Sindicatos dos Bancários de Paranavaí, Campo Mourão, Toledo, Umuarama/Assis Chateaubriand e Guarapuava

# GANÂNCIA

## Banqueiros lucram alto e demitem em plena pandemia

Somente nos primeiros nove meses de 2020, os cinco maiores bancos (Bradesco, Itaú, Santander, Banco do Brasil e Caixa Econômica) lucraram R\$ 53 bilhões. O resultado poderia ter sido ainda maior, se os bancos não tivessem mascarado os lucros. No entanto, somente neste ano, em plena pandemia da covid-19, os bancos já demitiram mais de 12 mil trabalhadores, demonstrando que não têm a mínima responsabilidade social. O Bradesco é um dos campeões em demissões e tem sido alvo de protestos em todo o país.

Página 3





#### Agenda Pactu 2021

Os Sindicatos do Pactu já iniciaram a distribuição da Agenda 2021. A agenda foi publicada pela primeira vez em 2006 e já faz parte do cotidiano dos bancários, sempre abordando temas que remetem às lutas e às conquistas da categoria. Além do calendário, a Agenda Pactu também traz a cópia da Convenção Coletiva Nacional e dos Acordos Aditivos do Banco do Brasil e da Caixa.

### Sindicatos do Pactu participaram da Plenária da Fetec-CUT/PR

No dia 02/12, foi realizada a Plenária do Sistema Diretivo da Fetec-CUT/PR (Federação dos Empregados em Estabelecimentos de Crédito do Paraná), à qual são filiados os sindicatos do Pactu e os principais sindicatos dos bancários do estado. A Plenária da Fetec, realizada anualmente. além de cumprir obrigações estatutárias. como aprovação do balanço e do orçamento da entidade e homologação de eventuais

remanejamentos, tem como objetivo analisar a conjuntura e revisar o plano de lutas dos bancários do Paraná.

Nesta última Plenária, a palestra sobre a conjuntura coube a Roberto Von Der Osten, Secretário de Relações Internacionais da Contraf-CUT, que abordou, entre outros assuntos, os desafios que os sindicatos terão pela frente, com a manutenção e ampliação do teletrabalho

pelos bancos no pós-pandemia. A Plenária foi encerrada com um debate sobre a Campanha para Tributar os Super-Ricos, movimento que cresce no mundo todo e conta com apoio da Contraf-CUT e suas federações e sindicatos.

O debatedor foi o Prof. Dão Real, um dos coordenadores da campanha no Brasil. Todos os sindicatos do Pactu participaram da Plenária.

### Bancários cobram medidas de prevenção à covid-19

A mesa bipartite da Saúde entre o Comando Nacional dos Bancários e a Fenaban se reuniu no dia 02/12 e decidiu retomar a discussão sobre problemas dos protocolos para prevenção da covid-19 nos bancos. Os sindicalistas reivindicaram que a Fenaban esclareça quais as regras básicas para os protocolos. Ocorre que nos últimos meses houve um relaxamento nos cuidados e isto preocupa, tendo em vista o aumento dos casos de contaminação. Também foi discutida a inclusão da categoria bancária ente os setores prioritários para a vacina contra a covid-19. além do desconto das complementações do auxílio-doença.

Na avaliação do Comando Nacional, todo o esforço feito no primeiro semestre para a proteção dos bancários e bancárias foi vitorioso. Porém, alerta que não é hora de relaxar, porque a pandemia ainda não acabou. O Comando reconhece, no entanto, que houve um processo de flexibilização das medidas, com um relaxamento da



sociedade e também dos bancos. Em relação à concessão do benefício integral em casos de afastamento por doença e que tenha o reconhecimento do auxílio-doença, a Fenaban informou que essa discussão está sendo feita banco a banco. Sobre a vacinação, o Comando argumentou que o trabalho dos bancários é essencial para manter a sociedade durante a pandemia e que, portanto, deve estar entre os setores que vão receber a proteção na fase inicial da vacinação.

### Decreto de Bolsonaro que segrega pessoas com deficiência foi suspenso pelo STF

A tentativa do governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL) de segregar estudantes com deficiência do ensino regular foi derrotada no Supremo Tribunal Federal (STF). Uma liminar do ministro Dias Toffoli, suspendeu o Decreto 10.502/2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial. O decreto de Bolsonaro determinava a criação de programas especializados de educação para pessoas com deficiência. Na prática, a intenção era criar escolas e turmas especiais somente para essas pessoas, ferindo os princípios constitucionais de inclusão nas escolas públicas. Ao julgar uma ação direta de inconstitucionalidade apresentada no Supremo, Toffoli disse que o decreto fere o princípio da educação inclusiva. A política

de educação deve se voltar, segundo o ministro, para "uma educação que agrega e acolhe as pessoas com deficiência ou necessidades especiais no ensino regular, ao invés de segregá-las em grupos apartados da própria comunidade". A CUT comemorou a decisão do STF. "É uma vitória e vai ao encontro da luta em defesa da educação", declarou a central.

Rodrigo Maia faz "jogo sujo" e Bolsonaro pode comprometer o Fundeb



O novo Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação) foi aprovado este ano, por meio da Emenda Constitucional 108, após forte mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras em educação. Uma das principais conquistas é o aumento gradual da destinação de recursos por parte da União, que chegará a 23% até o ano de 2026. Esses recursos são destinados à educação básica e valorização profissional. Mas tudo o que foi conquistado até agora corre perigo. A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) e outras 39 entidades que fazem parte do Fórum Nacional Popular da Educação, estão denunciando uma manobra do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM/RJ), que pode comprometer o Fundeb. É que o projeto de regulamentação, tornando-o um fundo permanente, precisa ser votado antes do recesso parlamentar, que começa no dia 23 de dezembro. Caso contrário, essa regulamentação se dará através de medida provisória do presidente Jair Bolsonaro (ex-PSL).

Mas não é apenas o Fundeb que está em jogo. As entidades denunciam que Rodrigo Maia vem usando a tramitação da matéria como moeda de troca para ter apoio do governo à sua reeleição para o comando da Câmara. Ou seja, se a resposta for negativa, o presidente da Câmara agiliza a votação da matéria. Já se receber o apoio do governo, no entanto, Maia deixa o assunto na geladeira e a decisão cairá nas mãos de Bolsonaro. Na medida provisória o governo poderá incluir o que quiser, inclusive a destinação de recursos do fundo para escolas privadas. As entidades educacionais temem um grande retrocesso na educação púbica, somando-se aos já graves problemas ocorridos este ano devido à covid-19. Por isto, a pressão sobre a Câmara dos Deputados é forte, com denúncias na internet e o convite para que a sociedade apoie essa luta.

#### **PROFESSORES SEM REAJUSTE**

No dia 26/11, o governo Bolsonaro deu uma demonstração de que não tem a mínima preocupação com o Fundeb ou com os profissionais da Educação. Através de Portaria Ministerial, o governo diminuiu o valor mínimo nacional a ser investido por aluno anualmente e, alem disso, anulou os ganhos salariais dos professores da educação pública para 2021. A CNTE afirmou que é a primeira vez que professores das escolas públicas ficarão sem reajuste salarial.



### Atos contra as demissões no Bradesco se espalham pelo país

Há mais de um mês, funcionários do Bradesco, apoiados pelo movimento sindical, realizam paralisações de agências, protestos na frente de bancos e tuitaços para denunciar a onda de demissões no banco. Esta fase da campanha foi encerrada no dia 30/11, com novas manifestações no Brasil inteiro. em mais um Dia Nacional de Luta contra as demissões.

Em dois meses, o Bradesco demitiu mais de 2.500 funcionários, desrespeitando o compromisso assumido no começo do ano com o movimento sindical de não realizar demissões enquanto durasse a pandemia. Os sindicatos do Pactu têm participado das mobilizacões, com ações nas agências do Bradesco das principais cidades.

A luta dos funcionários do Bradesco e dos sindicatos é para preservar o emprego e reverter o processo de demissões. No começo da pandemia, o movimento sindical bancário se reuniu com a Fenaban e firmou acordo para que não acontecessem demissões



enquanto durasse a pandemia. "O decreto do governo para medidas de apoio à população na pandemia vai até 31 de dezembro, mas todos já sabem que a pandemia não acabará nessa data. Mesmo assim, a direção do banco já disse que vai fechar 1.200 agências só neste ano. O movimento sindical denuncia que os argumentos do Bradesco para as demissões não condizem com a realidade. A prova está no faturamento do banco nos nove primeiros meses de 2020: um lucro de R\$ 12,657 bilhões. Os protestos voltarão às agências do Bradesco, caso o banco prossiga com as demissões.

#### Mesmo maquiando lucros, bancos divulgam resultados "fantásticos"



Os lucros somados dos cinco majores bancos do país (Banco do Brasil, Bradesco, Caixa, Itaú e Santander) nos nove primeiros meses de 2020 foram de R\$ 53,383 bilhões. O resultado poderia ser ainda maior se não fosse o aumento desproporcional do provisionamento para o risco de créditos de liquidação duvidosa (as PDDs). Na média dos cinco bancos, o crescimento das despesas com PDD foi de 44,7%. Segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), os bancos aumentaram absurdamente o volume das provisões para cobrir os possíveis calotes. Estes valores são subtraídos do montante de lucro e reduzem (neste caso. artificialmente) os resultados dos bancos.

SEM RETORNO - Quanto mais faturam, menos retorno social os bancos oferecem. Os clientes e os funcionários são quem pagam essa conta toda. Os cinco bancos juntos fecharam 9.499 postos de trabalho, em doze meses. No Bradesco foram fechados 3.338 postos de trabalho, no Banco do Brasil foram fechados 1.766 postos, na Caixa foram 796 empregos eliminados e o Santander, por sua vez, fechou 4.335 postos de trabalho bancário em doze meses. "Com as demissões e fechamentos de agências, os clientes sofrem para serem atendidos. Primeiro para encontrar uma agência, depois, precisam enfrentar filas intermináveis. Os funcionários sofrem com as demissões em plena pandemia e aqueles que permanecem ficam sobrecarregados", observa o dirigente do Pactu em Paranavaí, Wendrel Minare Vieira.

### Caixa

### Comissão cobra mais respeito e transparência com os empregados

A primeira reunião da mesa permanente de negociações entre a Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa e a direção do banco aconteceu aconteceu no dia 03/12. A expectativa era de que a Caixa sinalizasse positivamente para o atendimento de uma série de reivindicações dos empregados. Entre os temas discutidos estiveram, por exemplo, teletrabalho, abertura aos sábados, banco de horas, recolhimento de funções, Saúde Caixa, metas e mais contratações, além de reforçar os protocolos contra a covid-19 nas agências. As respostas do banco, entretanto, não agradaram os representantes dos empregados. No geral, foram negativas.

Houve um protesto contra a reestruturação e a direcão da Caixa afirmou que não está ocorrendo uma reestruturação e sim um movimento de mudanças que teria ocorrido por conta da necessidade de reduzir custos, além de reorganização interna. Não ficou claro

se houve planejamento prévio, uma vez que ocorreram informações desencontradas durante a reunião. A Comissão afirmou que o número reduzido de bancários e a sobrecarga de trabalho vêm penalizando os empregados. A sobrecarga aumentará com o PDV e a Caixa informou que não há previsão de novas contratacões.

grande, mas a direção do banco informou que não tem autorização

A sobrecaraa de

trabalho na Caixa é

para efetuar novas

contratações

Uma das maiores preocupações da CEE Caixa relaciona-se ao teletrabalho. A proposta

apresentada pelo banco é de um modelo em que o empregado cumprirá parte da jornada em home office e parte presencial. A questão é

que a proposta apresentada pela Caixa não permite o controle de jornada. "É necessário ampliar o debate. Está havendo uma falta de respeito da Caixa com os empregados e suas trajetórias. A falta de informação está afetando a saúde dos bancários, que estão ansiosos, sem saber o que irá acontecer, e não pode-mos

esquecer que ainda estamos vivendo no meio de uma pandemia.", afirmou o diretor do Pactu em Toledo, Zelário Bremm.

#### Acordo sobre o teletrabalho no BB

Até o fechamento desta edição do Pactu, os funcionários do Banco do Brasil se preparavam para as assembleias virtuais, que seriam realizadas no dia 09/12, para votar o acordo coletivo sobre teletrabalho. O processo de negociação entre a Comissão de Empresa dos Funcionários (CEBB) e o banco terminou no dia 24/11. Pela proposta, o acordo terá validade após a pandemia, ou seja, na prática, quando encerrar o Estado de Calamidade Pública, em 31 de dezembro deste ano. Caso o prazo do decreto seja prorrogado, continuará em vigor o acordo emergencial sobre teletrabalho, aprovado anteriormente também em assembleia virtual.

# Jornal Pactu chega ao número

São 25 anos de jornalismo em defesa da categoria bancária



Com sua primeira edição publicada no ano de 1995, o Jornal Pactu chega a uma marca histórica: o número 300. São 25 anos de jornalismo sindical sério, dedicado à defesa dos interesses dos bancários e bancárias das regiões de Paranavaí, Campo Mourão, Toledo, Umuarama e Guarapuava.

O jornal foi o primeiro passo do projeto de criação de um Sindicato Unificado do Ramo Financeiro, no início da década de 90, e a sigla PACTU correspondia à primeira letra das cidades-sedes dos cinco sindicatos. À época de sua criação, Assis Chateaubriand (hoje, parte do sindicato de Umuarama) era sede de um sindicato. E Guarapuava ainda não estava no Projeto.

Desde a sua primeira edição, o Jornal Pactu mudou várias vezes de visual, tamanho, forma de distribuição e até de nome. Atualmente, por conta da pandemia, a distribuição tem sido exclusivamente digital.

O que não mudou foi o propósito de informar e de defender os interesses dos bancários e bancárias, sem deixar de apoiar os diversos movimentos sociais pelos direitos das mulheres, dos negros, dos indígenas, das pessoas com deficiência e de outras minorias. Entretanto, o Jornal Pactu também tem marcado sua trajetória com lutas contra o neoliberalismo e em defesa da democracia e da soberania nacional.

Chegar ao número 300 é especial. Porém, mais gratificante é saber que estamos cumprindo o nosso papel!

Parabéns a todos os bancários e bancárias do Pactu.

Os bancários e as bancárias do Pactu podem se orgulhar de sua representação sindical. Ousamos, ao fazer a unificação do jornal e da imprensa, em 1995, tão necessária e importante, principalmente nos dias de hoje. E temos honrado o compromisso de levar informações de qualidade à nossa categoria.

Nivalda Squissardi, coordenadora do Pactu



CORONAVÍRUS